

Coletânea 8M

2019

**Comissão Internacional do
Movimento Esquerda
Socialista**

Editorial

A luta das mulheres está mudando o mundo!

Completamos uma década de crise e a ausência de uma solução econômica e política para a recessão desencadeada em 2008 tem gerado uma crescente instabilidade ao redor do mundo. Nacionalmente, governos têm se empenhado em aprovar medidas que retiram direitos trabalhistas e previdenciários da massa da população. Internacionalmente, a hegemonia comercial estadunidense já não existe mais e China e Rússia entram na disputa de maneira cada vez mais incisiva, concorrendo ao posto até então norte-americano.

A dificuldade em atuar no momento atual não é menor por parte da esquerda e, nos últimos anos, os movimentos que foram mais representativos das causas populares ocorreram de forma espontânea, complexa e muitas vezes contraditória. Apesar da dificuldade na consolidação de alternativas que vençam a queda de braço com uma direita que usa cada vez mais a imagem do “anti-establishment”, as mobilizações não são poucas. A ação nas ruas vem sendo um dos principais fatores para a desmoralização dos governos e um terreno fértil de atuação num cenário de polarização e radicalização de pautas à direita e à esquerda.

Um ponto em comum entre as lutas do último período, ainda que expresso de maneira desigual entre diferentes países, tem sido a feminização do perfil de ativistas - as mulheres têm sido a linha de frente nos mais diversos movimentos. Senhoras, jovens, crianças - os debates sobre as condições de ser mulher na sociedade atual invadiram escolas, casas e, muito expressivamente, as ruas. São manifestações que em parte retomam pautas de ondas anteriores do feminismo, mas que têm carregado uma maior radicalidade nas ações, nas demandas e no seu caráter cada vez mais antirregime ou, ainda, anticapitalista.

Esse processo não chegou com conteúdos e formas iguais nos quatro cantos do mundo; ainda assim podemos dizer que a luta das mulheres encontra-se em ascensão - especialmente na América Latina - e que, hoje, não há como pensar e fazer política

desconsiderando esse exército feminino e a importância que suas ações vêm representando. Não há como entender as instabilidades atuais do governo Trump desconsiderando a marcha em 2017 realizada por milhões de mulheres nos Estados Unidos logo no primeiro dia do mandato do presidente eleito. Assim como não há possibilidade de se analisar o governo de Jair Bolsonaro no Brasil ignorando o que foram as manifestações pelo #EleNão e o atual escândalo de corrupção deste governo sobre candidaturas laranjas de mulheres por parte do partido do presidente - um escândalo que tem gerado dificuldades para o governo poder ser mais ofensivo no debate sobre a reforma da previdência.

Mais do que reagir a retrocessos, as mulheres têm se proposto a pensar uma nova forma de viver que não diga respeito apenas a outras mulheres, mas que englobe toda a sociedade em outra dinâmica de funcionamento no qual as mulheres não sejam oprimidas e a desigualdade não seja condição *sine qua non* para se viver. Isso pode ser observado na eleição de feministas socialistas, como Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna no Brasil e Alexandria Ocasio-Cortez nos Estados Unidos. Vozes que ecoam a esperança de uma nova esquerda num espaço tão distorcido em relação à realidade como é o parlamento.

Especificamente no Brasil, o movimento feminista foi “reinaugurado” recentemente, nesta década de 2010. Foram marcos importantes as edições da “Marcha das Vadias”, entre 2011 e 2015, e a campanha eleitoral de Luciana Genro pelo PSOL, em 2014 - quando pela primeira vez no Brasil um candidato à presidência defendeu as pautas feministas com nome e sobrenome na grande mídia nacional. Tanto as marchas quanto a campanha presidencial serviram como antessala para movimentos muito maiores que estavam por vir.

Ainda no Brasil, a “Marcha das Mulheres Negras” e as manifestações pelo direito à pílula do dia seguinte e contra Eduardo Cunha em 2015, junto das ocupações de escolas, em 2016, expandiram o movimento feminista e o elevaram a outro patamar, colocando questões a respeito das mulheres na ordem do dia. A greve de mulheres no 8M e a Greve Geral no 28 de Abril agitaram o primeiro semestre de 2017 unindo, pela prática, as lutas feministas à luta dos trabalhadores. No segundo semestre, o caso da argentina Lucía Pérez, vítima de feminicídio, foi o estopim para que mulheres argentinas, brasileiras e do mundo

inteiro declarassem guerra à cultura do estupro por meio da palavra de ordem “Nenhuma a Menos”.

No ano seguinte, 2018, Marielle Franco e Anderson Gomes foram assassinados no Rio de Janeiro. Ela, uma mulher, negra, lésbica, favelada e de esquerda, representava as lutas dos 99% da população no Rio de Janeiro e seu assassinato significou a tentativa de conter também as pessoas que ela representava. Por isso, é nosso dever fazer com que seu legado siga também em cada 8 de março! Além disso, no próximo 14 de março, se completará 1 ano da morte de Marielle e Anderson e com objetivo de mostrar que as muitas sementes de Marielle vivem e pressionar as autoridades para que este caso tenha uma solução, criamos uma plataforma para pessoas de todo o mundo apoiarem esta causa: <https://14m.justiceformarielle.com/>

Ainda em 2018, mais contradições passaram a compor o cenário político brasileiro. Se no começo do ano a candidatura de Jair Messias Bolsonaro parecia uma piada de mau gosto, no final do ano ele foi eleito presidente. Com isso, a hipótese de que vivemos um novo período histórico no Brasil foi reforçada e ficou nítido o alinhamento do enredo da política brasileira com uma série de países nos quais figuras bizarras de extrema-direita ganharam visibilidade e também venceram pleitos eleitorais - vide Estados Unidos com Trump. No entanto, o Brasil se alinhou também no quesito resistência e mobilizações massivas, também encabeçadas por mulheres, o que já foi demonstrado antes da eleição com o #EleNão. Rosana Pinheiro-Machado conseguiu sintetizar bem esse momento por meio do título de um artigo publicado no The Intercept Brasil: *“A extrema direita venceu. Feministas, antirracistas e LGBTs também”*. Isto é, se por um lado Bolsonaro foi eleito, por outro existe a conquista da disposição de luta por parte de um amplo setor de mulheres - o que faz com que esse movimento tenha mais responsabilidades e desafios neste período.

Dessa forma, entendendo que o feminismo extrapola as fronteiras, nós, da Comissão Internacional do Movimento Esquerda Socialista, pensamos em organizar um material que ajudasse a disseminar informações sobre o movimento mais dinâmico nas lutas anticapitalistas no último período: o das mulheres. Os textos desta coletânea foram escritos

por militantes feministas de diversos países do mundo e constituem relatos sobre a situação da luta das mulheres em seus países e as perspectivas de mobilização para o 8M de 2019.

Esperamos que essa coletânea alimente nossas relações internacionais e nos permita avançar na organização das mulheres para além das fronteiras. Nesse sentido, a construção de uma Internacional Feminista, convocada por Cinzia Aruzza, nos enche de entusiasmo por deixar evidente que a articulação e organização das mulheres é um desejo de feministas de todo o mundo!

Com certeza, muitas das leitoras são filhas de Junho de 2013 e das marchas pelo #EleNão no Brasil, da Primavera Árabe no Oriente Médio, do Occupy Wall Street norte-americano, do Ni Una Menos argentino, dos Indignados e da Greve Feminista na Espanha, dos Coletes Amarelos franceses, entre muitos outros processos. Da nossa parte, ficam votos, disposição, força e energia para a construção de um movimento feminista que siga como terreno de formação de ainda mais ativistas e de mobilizações que estremeçam até destruir por completo as estruturas da sociedade capitalista.

Thais Bueno e Clara Baeder.

Editorial

Chile - A interminável onda do feminismo

Peru - O Femicídio e a Violência Contra as Mulheres, Urgente em Nossas Agendas

Nicarágua - Justiça e Liberdade para as prisioneiras políticas da Nicarágua!

As condições desumanas das prisioneiras políticas da ditadura de Ortega-Murillo

O abuso de poder de Daniel Ortega

Vozes feministas jovens na crise de abril de 2018

Estados Unidos - Construindo um futuro feminista socialista nos Estados Unidos

Turquia

Alemanha - O Movimento das Mulheres na Alemanha

Itália – Non Una Di Meno

França - De #Meetoo a um provável 8 de março: as dificuldades de um feminismo de massa e de classe na França

Dinamarca

Portugal - Dia 8 de Março fazemos greve, eis o porquê

Suíça - Uma greve feminista na Suíça, dia 14 de junho de 2019

Espanha - 8M: a greve feminista como ferramenta antifascista

Brasil - Juntas contra Bolsonaro! Nossa luta muda o mundo!

Editoras: *Clara Baeder e Thais Bueno*

Autoras dos textos: *Abigail Gutmann-Gonzalez (DSA), Carmen Aranda (Súmate/MNP), Federica Lazzari (Comunnia), Fernanda Melchionna (MES/PSOL), Fernanda Miranda (MES/PSOL), Frederik Julius Dahler (SUF), Julia Machini (Juntas e MES/PSOL), Leila Mathias (Ensemble e France Insoumise), Louise Poulain (Ensemble e France Insoumise), Luciana Genro (MES/PSOL), Mafalda Escada, Maria Mercedes Salgado (Coletivo de Nicaraguenses no Brasil), Mônica Seixas (MES/PSOL), Patricia Amaya (Anticapitalistas), Ronda Kipka (Die Linke), Rosana Pinheiro - Machado (docente da Universidade de Santa Maria - UFSM), Sâmia Bomfim (MES/PSOL), Seda Can (Assembleia das Mulheres Socialistas da Turquia), Stephanie Peñaloza (Movimiento Autonomista) e Tamara Knežević (Solidarités).*

Tradutoras e tradutores: *Alain Geffrouais, Amanda Fortes, Barbara Chiavegatti, Beatriz Calderon, Bruno Magalhães, Charles Rosa, Clara Baeder, Eliaris Alvares, Genaro Moraes, Ingrid Sotini e Thais Bueno.*

Chile - A interminável onda do feminismo

Stephanie Peñaloza - Porta-voz do Movimento Autonomista do Chile

Tradução - Bruno Magalhães

Em 2018 vivenciamos no Chile a volumosa quarta onda do feminismo. É luta das mulheres por soberania sobre nossos corpos, a telúrica revolução do privado e do público que tem colocado as feministas nesta imensa onda planetária, que de repente vem dizer “basta” ao abuso, à postergação e a hipocrisia de uma política a serviço do controle masculino e do desejo do outro. Hoje o feminismo, em meio à densa noite neoconservadora que paira sobre nossa região, longe de ser a causa da reação, é nossa única e mais poderosa esperança de vitória.

Uma vitória que vem acompanhada de uma batalha constante. No Chile, temos lutado contra as instituições que nos interpelam e questionam sobre os assédios e abusos denunciados. Lutamos também cotidianamente com aqueles que nos odeiam por sermos mulheres, por sermos trans ou somente pelo fato de nos movermos de maneira distinta dos limites que essa sociedade patriarcal nos impôs.

O feminismo em si mesmo é presente da herança histórica dos povos oprimidos que nos presenteiam o poder para seguir lutando, para entender como devemos segurar nosso futuro com nossas mãos. São as vozes das mulheres que não aparecem entre as lideranças das rebeliões vencidas nem nos livros de história.

Hoje o feminismo se mostra e se revela nas distintas disputas que temos travado. Hoje temos uma disputa pelas cidades, por direitos, pela produção, pelo reconhecimento do trabalho reprodutivo que sempre foi invisibilizado e que somente poderá avançar a partir das mãos de quem tem feito possível a resistência a este sistema perverso às margens do poder constituído. Hoje não só esperamos como devemos impulsionar uma articulação de lideranças comunitárias, de professoras, das aposentadas que sustentam o lar multiplicando por mil a triste miséria com que o Estado insulta os idosos, das esposas e avós das presas e presos desaparecidos por lutar com o mesmo ímpeto, e gritar com todas as nossas forças.

O patriarcado não cairá sozinho, ao patriarcado se desarma, ao patriarcado se desvenda. É um imenso gênero tecido desde o interior dos sujeitos que nos enforca desde os mínimos gestos até as grandes superestruturas. Começar pela construção de uma organização feminista é em si mesmo uma aposta revolucionária, e em toda base da exploração capitalista se encontra a pegada de um pai ausente, de um homem abusador, de um filho abandonado ou de um companheiro mesquinho que te cala.

Por tudo isso e ainda mais que este 8 de março deve ser um ponto de inflexão. Devemos nos articular e chegar a todos os setores da sociedade, em especial aos mais precarizados, onde o feminismo ainda soa como um conceito intelectual que pouco tem a ver com a luta que trazemos de séculos. Para isso devemos nos unir, a partir de todos os lugares do planeta e mais ainda na América Latina, onde grandes fundamentalismos nos envolvem. O feminismo deve permear os territórios e os corpos, deve transbordar todo o conhecido para que possa chegar até os setores que mais precisam dele, para deixar de calar e começar a gritar. Porque já não estamos sozinhas e sobretudo já não temos medo.

Peru - O Femicídio e a Violência Contra as Mulheres, Urgente em Nossas Agendas

Carmen Aranda - setorial de mulheres do Súmate-Movimiento Nuevo Perú

Tradução - Charles Rosa

O feminicídio é um crime que afeta unicamente a vida das mulheres de todo o mundo; é um termo que busca dar visibilidade a uma situação de violência sistemática silenciada por muitos séculos e que deve ser abordada como violência direta contra as mulheres. À diferença do termo "homicídio", o termo "feminicídio" confere visibilidade a um cenário de misoginia que resulta na morte diária de mulheres.

Estes fatos ocorrem quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados contra a integridade, a saúde, as liberdades e a vida das mulheres. É um real problema social, política e cultural, além de ser também um problema de Estado, o qual até hoje não o abordou desta forma. Queremos que esses crimes sejam abordados como tal, e essa é a nossa demanda e a nossa luta!

Estes crimes são perpetrados por conhecidos e desconhecidos, por violentos violadores e assassinos, sejam individuais ou grupais, ocasionais ou profissionais, que conduzem à morte cruel de suas vítimas! A maioria são cometidos por seus parceiros, ou ex-parceiros, parentes, noivos, esposos, acompanhantes, familiares, visitas, colegas e companheiros de trabalho. (Resumo de conceitos tomado do informe "Feminicidio en el Perú" da ONG Flora Tristan).

Em nosso país, isso se expressa no descumprimento das leis, como a Lei 30364 para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra as mulheres e os integrantes do grupo familiar. O qual não é cumprido porque há permissividade, seja por motivos de corrupção, de influências, ou amiguismos, entre outros, onde a intervenção e a proteção, chegam tarde ou nunca chegam. Esta impunidade reforça a cultura machista e patriarcal, deixando como mensagem principal: você pode fazer o que quiser com a vida das mulheres que não te ocorrerá nada.

No Peru, nos últimos dez anos, foram registrados 1122 casos de feminicídios. Em 2018, terminamos com a terrível marca de 149 feminicídios (segundo o jornal *El Comercio*), e em somente em janeiro de 2019 foram assassinadas 14 mulheres.

Propostas:

- Que as leis, planos e programas sejam cumpridos integralmente e em todos os níveis de governo. Que seja garantido o orçamento para todas as ações requeridas. Basta de edulcorar relatórios e/ou balanços do desempenho de autoridades, funcionários, operadores da justiça e entidades responsáveis.
- Que a prevenção seja uma prioridade desde os centros educativos e que se trabalhe com os pais e mães de família. Que seja implementada a partir do enfoque de igualdade de gênero, de direitos humanos e intergeracional, que se pratique uma nova masculinidade capaz de integrar novos valores como as ferramentas-chave da mudança.
- Fortalecer o conhecimento dos direitos, propiciar a participação das mulheres como cidadãs e avançar na cultura do diálogo, democracia e governabilidade.
- Propiciar as mudanças a partir de relações interpessoais, em casa, as organizações sociais e políticas, garantindo a coerência entre discurso e prática.

Nicarágua - Justiça e Liberdade para as prisioneiras políticas da Nicarágua!

Maria Mercedes Salgado - Socióloga, ex-diplomata do governo sandinista na década de 1980, membro do Coletivo de Nicaraguenses no Brasil

Tradução - Genaro Moraes

Na próxima quarta-feira, 27 de fevereiro, é retomada a Mesa de Diálogo Nacional entre a oposição e o governo de Daniel Ortega e Rosario Murillo, sua esposa. A Aliança Cívica pela Justiça e Democracia (ACJD) representará o povo nicaraguense nesta difícil tarefa com o tirano. A exigência pelo fim da repressão feita em maio do ano passado nunca foi cumprida. Todos os dias há jovens sequestrados, o número de presos políticos aumentou significativamente, assim como os refugiados na Costa Rica e em outros países e a economia entrou em colapso. A crise sócio-política provocou uma crise econômica.

Voltando a abril de 2018, a publicação sem consulta de um decreto de reforma da previdência social que aumentou as contribuições de trabalhadores, empregadores e pensionistas, produziu uma tal indignação que idosos saíram às ruas para protestar. Grupos conhecidos como "turbas sandinistas"¹, próximos do governo, os reprimiram. As imagens das cabeças rachadas dos idosos se tornaram virais nas redes sociais e a juventude indignada se auto convocou para demonstrar seu apoio em todo o país.

O governo sandinista reprimiu o protesto dos jovens acrescentando um novo elemento ao aparato repressivo: os "paramilitares". São grupos de encapuzados armados com rifles de guerra, aos quais a polícia abriu caminho para atirar e matar manifestantes desarmados e tirarem de suas casas os jovens que tinham construído barricadas para se defenderem da repressão. O balanço da violência estatal é de 325 mortes entre adolescentes e crianças, mais de 2.500 feridos e cerca de sessenta mil refugiados, principalmente na Costa Rica. O Grupo de Peritos Independentes (GIEI), convocado pela

¹ Desde que Ortega voltou ao poder em 2007, a repressão aos protestos tem sido realizada nas cidades por esses grupos. Eles espancaram os manifestantes e roubaram seus pertences. A Polícia Nacional que os acompanha simula estar distraída.

OEA, publicou um relatório que inclui os crimes do governo Ortega-Murillo como crimes contra a humanidade², portanto imprescritíveis.

As condições desumanas das prisioneiras políticas da ditadura de Ortega-Murillo

Dados de organizações de direitos humanos de 15 de fevereiro de 2019 contam 777 presos políticos para uma população de 6,1 milhões de habitantes (0,012% da população). Sessenta delas são mulheres. Treze delas já foram julgadas e condenadas a penas de até 30 anos de prisão, vinte e sete estão na prisão sendo processadas e vinte estão detidas. Estes julgamentos e condenações se baseiam na aplicação da lei antiterrorista aprovada pela Assembléia Nacional (Congresso) que é majoritariamente sandinista, em 16 de julho de 2018, a pedido de Daniel Ortega. 1) Desde que Ortega voltou ao poder em 2007, a repressão aos protestos tem sido realizada nas cidades por esses grupos. Eles espancaram os manifestantes e roubaram seus pertences. A Polícia Nacional que os acompanha simula estar distraída.

No Centro Penal Feminino La Esperanza, na Nicarágua, 34 mulheres estão presas por terem participado dos protestos pacíficos. Presas políticas se encontram amontoadas em duas celas de 4m x 8m com pouco ar e pouca luz. De acordo com relatos de suas famílias, elas não podem tomar banho de sol em retaliação à resistência contra o governo somente por entoarem o hino nacional nicaraguense, por usarem braceletes e ornamentos azuis e brancos em referência à bandeira nacional³, ou porque tinham os lábios pintados de vermelho, um protesto criativo inventado por uma antiga militante do movimento feminista que esteve presa durante várias horas. Tornou-se viral, homens e mulheres apareceram nas redes sociais com o "pico rojo"⁴.

² http://gieinicaragua.org/giei-content/uploads/2018/12/GIEI_INFORME_DIGITAL.pdf

³ A bandeira nacional azul e branca tornou-se um símbolo de resistência ao governo Ortega-Murillo que usa a bandeira preta e vermelha da FSLN ao lado da bandeira nacional em atos oficiais.

⁴ Lábios pintados vermelho

Na noite de 26 de outubro de 2018, um grupo de pelo menos 20 homens armados com cassetetes entraram na prisão para transferir a líder dos comerciantes e o prisioneira política, Irlanda Jerez, à prisão de La Modelo, masculina. Uma vez que seus companheiros presos políticos se opuseram a este ato, foram espancados. "Os homens não se identificaram como nenhuma autoridade e isso é realmente preocupante", denunciou o assessor jurídico da Comissão Permanente de Direitos Humanos (APDH), Julio Montenegro.

Uma comissão do Parlamento Europeu visitou a Nicarágua no final de janeiro deste ano e, pela primeira vez, foi permitida uma visita à prisão de La Esperanza. Os parlamentares puderam verificar as condições desumanas e os maus-tratos que Ortega-Murillo aplica aos prisioneiros políticos. Eles denunciaram que há mulheres com lúpus e câncer que não recebem seus tratamentos e nem deixam entrar os medicamentos que seus familiares levam para a prisão. Na saída do Comitê Europeu, o hino nacional foi cantado. Os vídeos dos eurodeputados tornaram-se virais porque foi a primeira vez que se viram as condições em que os prisioneiros foram localizados.

O caso de Ruth Matute é ainda mais grave. Em 31 de janeiro de 2018, 179 organizações locais, nacionais, regionais e internacionais divulgaram um manifesto exigindo a libertação imediata da presa política pelo Estado nicaraguense. Ruth Matute, está em prisão provisória desde outubro de 2018, acusada de crimes terroristas depois de levar alimentos a familiares detidos presos na delegacia de polícia de Masaya. Ela sofre de insuficiência cardíaca e é forçada a usar um marcapasso. Em 4 de Janeiro, a sua saúde piorou e ela teve de ser transferida para um hospital, onde foi submetida a uma cirurgia de emergência para trocá-lo. Apesar de se encontrar num delicado estado de saúde, as instituições judiciais recusam-se a suspender a prisão preventiva.

O Comitê para a Libertação dos Presos Políticos da Nicarágua denunciou em fevereiro de 2019 que oito mulheres presas da prisão La Esperanza, e que vivem na mesma cela foram novamente agredidas por resistir à transferência de três delas. O marido de Irlanda Jerez disse que ela tinha sido tão intensamente espancada que não podia levantar da cama. Outra vítima é Olesia Muñoz, condenada a 30 anos de prisão por terrorismo. Uma cantora de igreja, que com seu canto maravilhoso, transforma a vida da prisão. Ambos aparecem nos vídeos divulgados pelos eurodeputados denunciando as violações dos direitos humanos e

constitucionais dos prisioneiros como terem sido raptados pela polícia e pelos paramilitares sem mandado de prisão, tortura, acesso limitado à saúde e higiene, etc.

O abuso de poder de Daniel Ortega

Os maus-tratos infligidos aos presos políticos são mais um na cadeia de abuso de poder cometido por Ortega. Em 1998, a filha de Rosario Murillo, Zoilamérica Narváez, denunciou seu padrasto por continuamente ter lhe abusado sexualmente por vinte anos. Por desafiar a imagem e o poder de um dos mais poderosos da Nicarágua, ela ganhou de presente a perseguição de sua mãe e padrasto a ponto de falir a ONG que fundou na Nicarágua e tendo de enfrentar a deportação do seu parceiro boliviano como "criminoso". Para eles, declara Zoilamérica, "Sou uma inimiga política". E não só Zoilamérica, o movimento de mulheres também.

O movimento de mulheres tornou-se um dos atores políticos mais beligerantes da Nicarágua. Surgiu na luta pela derrubada da ditadura somozista na Nicarágua nos anos 70 e tornou-se um grande e poderoso movimento que conseguiu incorporar os setores populares nos anos 80. A derrota eleitoral da Frente Sandinista em 1990 marcou uma nova etapa na qual o movimento testou sua autonomia do partidos políticos, um processo que se consolidou no final da década.

Atualmente, ele é formado por diferentes grupos e organizações que formam um sistema de relacionamentos que compartilham identidade, perspectivas, objetivos e estratégias mas com diferentes formas de organização, funcionamento e ênfase na ação. Em dois pontos as mulheres são categóricas: feminismo e autonomia política.

Uma das grandes batalhas que o movimento de mulheres travou entre 2006 e 2007 foi sua campanha em defesa da permanência na Constituição do aborto terapêutico como um direito da mulher. A hierarquia da Igreja Católica e o governo de Arnoldo Alemán, em um contexto de eleições presidenciais, concordaram em abolir um direito que tinha um século de história e hoje o Código Penal pune as mulheres que o praticam, mesmo que sua vida ou a de seu bebê esteja em risco. Isto teve consequências terríveis para as mulheres,

expondo-as à morte. Esse fato não teria sido possível sem o consentimento de Daniel Ortega e seu partido. Em seu desejo de voltar ao poder, ele assumiu compromissos políticos com o cardeal Arnoldo Alemán Obando y Bravo, tão hostil à Revolução Popular Sandinista, na qual Ortega foi um de seus principais líderes.

A beligerância política do movimento de mulheres resultou na perseguição política pelo governo de Ortega desde 2007. Assim que o seu mandato começou nove mulheres do movimento foram acusadas pela Procuradoria da República por violar a lei e fazer um aborto ilegal a uma garota.

Um ano depois, os escritórios do Movimento Autônomo de Mulheres (MAM) eram invadidos por agentes estatais acusando-os de lavagem de dinheiro e promoção do aborto. Ameaçaram fazer o mesmo com outras organizações, como o Grupo Venancia. O movimento reagiu realizando uma campanha de denúncias em nível nacional e internacional. Muitas vozes nacionais e internacionais foram levantadas em defesa das mulheres a tal ponto que vários meses depois o governo teve que desistir de sua campanha.

Durante as últimas eleições de 2016, quando Daniel Ortega foi candidato à FSLN pela segunda vez através de manobras institucionais, a candidatura de Rosario Murillo disse que seu governo estava promovendo a igualdade de gênero. A resposta da MAM e das feministas não demorou. Emitiram um comunicado no qual, além de rejeitar a reeleição de Ortega e o processo eleitoral como falho, afirmaram que Rosario Murillo não poderia ser uma representante da liberdade, justiça e democracia por ter obtido "seu 50% do poder, através um corpo de uma menina" e por cobrir um crime, em referência à denúncia de violação que Zoilamérica fez, rejeitada por sua mãe. O comunicado do MAM também lembrou que Rosario Murillo foi uma das mais populares defensoras da eliminação do aborto terapêutico da Constituição, o que enviou à morte centenas de mulheres a quem foram negado um aborto. Diferentes grupos que compõem o movimento de mulheres se mobilizaram ativamente em defesa de seus direitos, denunciando constantemente a perseguição do governo. Os cidadãos da Nicarágua, organizações da sociedade civil e vários partidos políticos reconheceram sua legitimidade.

Vozes feministas jovens na crise de abril de 2018

Dolly Mora é uma jovem feminista que faz parte do Grupo de Mulheres Trans e Cultura e da Articulação Feminista Nacional, que reúne a grande variedade de feminismos existentes no país. Dolly declara que a violência contra as "chavalas"⁵, no contexto de crise, é diferente e mais profunda porque nesta trincheira não só você está exposta à violência física do Estado e da polícia, mas também às ameaças de violência sexual. Muitas das mulheres prisioneiras políticas que estavam no "El Chipote"⁶ denunciaram violência sexual e, tortura psicológica devido às ameaças contra seus corpos. Apesar disso, as mulheres estiveram em todas as trincheiras de luta e resistência: nas ocupações, na mídia, na rua, na Unidade Azul e Blanco⁷ e na Aliança Cívica pela Justiça e Democracia.

De efeito, na Mesa do Diálogo Nacional, duas lutadoras foram convidadas pela Conferência Episcopal da Nicarágua para representar a oposição em reconhecimento ao trabalho das mulheres durante todos os dias de luta: Azahalea Solís, do MAM, e Sandra Ramos, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras e Desempregadas.

Dolly diz que as mulheres têm cumprido sua agenda com uma grande campanha: "Não há revolução sem a participação das mulheres", um slogan que foi transferido dos anos 80 para o presente e que tem como objetivo dar visibilidade às mulheres em todos os espaços. No Facebook criaram a página Las Malcriadas⁸ onde se dá visibilidade a cada mulher que foi raptada, desaparecida e é prisioneira política. Além disso, elas vão fazer vigília na prisão La Esperanza, onde estão seus companheiros prisioneiros, muitos deles muito jovens e estudantes universitários. Elas também andam com seus lenços roxos por toda parte.

As pessoas LGBTIQ têm sido muito ativas. Convocaram uma marcha em junho de 2018, antes que as manifestações nas ruas fossem banidas pela polícia. Marvin Mayorga, coordenador da Iniciativa para a Diversidade Sexual na Nicarágua, durante a marcha

⁵ Mulheres jovens

⁶ Prisão onde o ditador Somoza torturava presos políticos e onde o ditador Ortega continua torturando-os. É o lugar para onde todos os que estão detidos são levados.

⁷ Coalizão contra o governo Ortega-Murillo que reúne organizações estudantis, sociedade civil (mulheres, direitos humanos, ambientalistas, mineração anti-industrial), camponeses, costa caribenha, intelectuais e empresários.

⁸ <https://www.facebook.com/lasmalcriadasni/>

declarou: "Não estamos celebrando nada, estamos exigindo justiça e democracia. As pessoas vêm alegres, porque nosso grupo social é alegre, mas estamos de coração partido, estamos no meio de uma luta, não é possível que tenham matado quase 300 irmãs e irmãos na Nicarágua".

"As feministas criaram campanhas de solidariedade internacional muito fortes, como o Grito feminista pela Nicarágua no México, Espanha, Argentina, El Salvador e têm conseguido muita solidariedade com o feminismo nicaraguense e com a situação difícil que a Nicarágua está passando", observa Dolly. Graças às conexões entre feminismos, é possível saber o que está acontecendo na Nicarágua no exterior. "Para mim é por causa de nossa história, muitas das feministas mais velhas fizeram parte da revolução sandinista e, na época, ajudaram a criar comitês internacionais de solidariedade. Essas ligações renasceram e foram reflorestadas. Essa conexão histórica tem sido muito importante. Estamos lembrando ao mundo que as 'redes salvam vidas' e que precisamos nos aproximar neste momento.

Nós, mais uma vez, estamos diante da prisão La Esperanza e gritamos: "Justiça e liberdade para as prisioneiras políticas da Nicarágua!"

Estados Unidos - Construindo um futuro feminista socialista nos Estados Unidos

Abigail Gutmann-Gonzalez - pesquisadora em saúde pública e avaliadora de programas. Ocupa o cargo de co-presidente na célula de East Bay do Democratic Socialists of America (DSA) e também a co-presidência do comitê local pelo Medicare For All

Tradução - Barbara Chiavegatti

Na era de Donald Trump, o ativismo das mulheres parecia estar em ascensão nos Estados Unidos. Em 21 de janeiro de 2017, poucos dias após a estreia de Trump no governo, parecia que os EUA haviam entrado em uma nova fase na militância de mulheres. Cerca de 3 a 5 milhões de pessoas participaram nas massivas “Marchas das Mulheres” (Women’s Marches) ao longo de todo o país. E ainda sim, apesar da reedição anual desta primeira marcha, nenhum novo movimento de mulheres veio a se concretizar.

Parte disso com certeza tem a ver com uma abordagem específica do feminismo dominante nos estados unidos desde o final dos anos 80. Esse feminismo corporativo, burguês cooptou a energia do liberalismo radical das mulheres dos anos 70 e a canalizou para gestos comercializados e simbólicos, ao mesmo tempo em que abandonava as necessidades materiais das mulheres da classe trabalhadora.

Essa linhagem do feminismo esteve particularmente em destaque durante as eleições primárias de 2016, quando a narrativa da mídia dominante era de que a campanha presidencial de Hillary Clinton representava um divisor de águas para o feminismo, apesar do fato de que sua candidatura não oferecia nada de substancial as mulheres da classe trabalhadora - ela esteve contra o aumento do salário mínimo e contra um sistema de saúde público. Entretanto, os apoiadores de Bernie Sanders foram tratados como “irmãos do Bernie” (Bernie’s Bros), e uma das maiores ícones feministas dos Estados Unidos insinuou que mulheres o apoiavam como forma de atrair homens. Mas a realidade é que o programa político de Sanders dialoga com as batalhas das mulheres da classe trabalhadora, e o apoio de mulheres e negros e negras que ele tem uma evidência disso.

O primeiro Dia Internacional das Mulheres foi organizado pelo partido socialista nos Estados Unidos em 1909, mas hoje em dia poucas mulheres americanas, inclusive feministas, reconhecem suas raízes históricas ou o celebram. Há um tempo a maior parte das feministas nos Estados Unidos também eram socialistas e ligadas a luta pelos direitos das mulheres e à luta mais ampla da classe trabalhadora, o feminismo no meu tempo tem sido dominado por uma linha de ativismo simbólico cooptado pela classe dominante.

As feministas socialistas de hoje estão retornando às raízes históricas e se organizando, em conflito direto com o feminismo corporativista. Elas seguem em defesa de demandas de massa como Saúde Pública universal, o aumento do salário mínimo, habitação social, e universidades públicas. Essas são pautas altamente populares entre toda a classe trabalhadora, e que representam benefícios concretos e atingíveis para mulheres e suas famílias. Enquanto isso, a militância de trabalhadores nos Estados Unidos é a maior dos últimos trinta anos. As greves que estão varrendo os estados da West Virginia até a Califórnia são na educação e na saúde: dois setores em que historicamente predominam mulheres. As bases estão sendo construídas para um feminismo socialista renovado nos Estados Unidos. Neste dia internacional das mulheres nós estamos ansiosas para continuar a construir esse movimento.

Turquia

Seda Can - Integrante da Assembleia de Mulheres Socialistas da Turquia

Tradução - Genaro Moraes

Durante os últimos anos, o movimento de mulheres na Turquia acompanhou com grande interesse o processo de greve internacional de mulheres que se espalhou por dezenas de países do mundo. A mobilização internacional inspirou as mulheres na Turquia e no Curdistão do Norte e a ideia de organizar uma greve de mulheres na prática foi expressa durante o Encontro Nacional de Mulheres em 5 e 6 de janeiro em Istambul. Mais de 1000 mulheres seguiram o slogan propostos por 165 organizações de mulheres e LGBTI+ sob o lema "As mulheres são fortes juntas" e se reuniram para discutir as tarefas do período, a experiência da luta das mulheres e as ações comuns. Em vários GTs, o debate da greve de 8 de março entusiasmou muitas organizações de mulheres. O crescimento da raiva e da rebelião das mulheres contra a dominância masculina em várias formas dá força às mulheres para levantarem a luta pela liberdade das mulheres. Por esta razão, acreditamos que é importante dar voz às companheiras de cada país e fazer crescer nossa raiva juntas.

Este ano, grandes manifestações ocorrerão nas principais metrópoles e cidades da Turquia e do Norte do Curdistão. Além disso, preparativos para uma greve de mulheres estão acontecendo em várias cidades. Em várias delas ocorreram assembleias para discutir as possibilidades de uma greve de mulheres e iniciar a mobilização. As primeiras ações da greve foi uma visita às mulheres da empresa Flormar, que foram demitidas por fazerem parte de sindicatos.

Como mulheres na Turquia, enfrentamos a política misógina de uma ditadura fascista político-islamista liderada por Erdogan. A vida das mulheres está sob ataque brutal e não é por acaso que a violência machista contra as mulheres aumentou sob a ditadura do AKP (partido de Erdogan). Lutamos contra as leis sexistas, contra o processo de alteração nas leis para perdoar os abusadores de crianças, contra todos os ataques ao nosso estilo de vida. É por isso que a nossa marcha noturna de 25 de Novembro foi atacada pela polícia, mas a

nossa resistência continua. Lutamos contra a pobreza das mulheres e contra a exploração do trabalho feminino, especialmente nas condições de crise econômica.

Defendemos a greve de fome iniciada por Leyla Güven, deputada do HDP, e que agora se espalha por todas as prisões, a fim de quebrar o isolamento e derrotar o fascismo.

Também defendemos a revolução das mulheres de Rojava contra qualquer tipo de ataque machista e fascista, que é um direito de todas as mulheres do mundo.

Alemanha - O Movimento das Mulheres na Alemanha

Ronda Kipka - militante do Die Linke e da SDS, organização estudantil do partido

Tradução - Ingrid Sotini

No 8 de março, a greve das mulheres é chamada na Alemanha. Inspirada pela greve na Espanha, uma aliança foi fundada em Berlim em 2018, que rapidamente encontrou ressonância em outras cidades. A primeira reunião nacional em Göttingen trouxe cerca de 300 mulheres de todo o país. O plano é claro: gostaríamos de realizar aqui uma ofensiva com o movimento das mulheres.

Há também muitas razões para isso na Alemanha: o Código Penal alemão estipula que os abortos são possíveis, porém ilegais e puníveis apenas dentro de limites muito restritos. Dessa forma, as mulheres são estigmatizadas e criminalizadas. Além disso, há uma "proibição de publicidade" adicional, segundo a qual os médicos não podem informar publicamente que realizam abortos.

Isso torna mais difícil para as mulheres obter ajuda médica. O trágico é que o SPD (Partido Social Democrata), em vez da abolição, concordou agora com o chamado "compromisso" com a CDU (União Democrata-Cristã, partido conservador de Angela Merkel), perdendo assim a oportunidade de abolir essa lei. Agora, a proibição da informação continua no código penal com algumas outras frases suaves.

Outro problema é a situação social das mulheres: nos últimos anos, o setor de baixos salários na Alemanha, no qual a maioria das mulheres trabalha, cresceu fortemente. Na comparação da União Europeia, é o sétimo maior setor de baixos salários de todos os países da UE. A diferença salarial entre homens e mulheres também é preocupante: as mulheres ganham em média 21% menos que os homens. Assim, a Alemanha é um dos retardatários na comparação europeia, onde a média é de 16%. Elas também fazem a maior parte do trabalho doméstico e são duas vezes mais propensas a serem afetados pela depressão, devido à dupla jornada de trabalho. Uma a cada quatro mulheres é afetada pela depressão ao longo da vida na Alemanha, enquanto nos homens esse número é de um a cada oito.

Os femicídios ocorrem frequentemente no país, mas não são legalmente reconhecidos como tal. A cada três dias uma mulher é assassinada na Alemanha pelo fato de ser mulher.

Razão suficiente para um novo movimento de mulheres! E também vimos os últimos anos: muitas mulheres contra-atacam. Nos últimos anos ocorreram uma série de novas greves, particularmente por trabalhadoras. Por exemplo, em 2015, em quase toda a Alemanha, professores de creches entraram em greve por quatro semanas lutando por uma revalorização da profissão, ou o movimento de greve dos profissionais da enfermagem que vem crescendo desde 2011 no setor hospitalar, onde enfermeiros fazem greves por mais contratações. Afinal, a Alemanha é um dos retardatários nesse aspecto: há cerca de 13 pacientes para cada enfermeiro na Alemanha, já na Holanda são apenas 7 e 5,3 nos EUA. A situação é ainda pior nos turnos da noite. Essa luta das enfermeiras levou a muita solidariedade e pequenos sucessos em hospitais específicos. Além disso, os referendos iniciais que exigem uma avaliação pessoal mínima legal nos hospitais estão suspensos e, assim, também oferecem apoio de campanha política às disputas trabalhistas.

Portanto, não é de surpreender que, no 8 de março, especialmente as enfermeiras organizem ações corporativas. Somando essas situações todas, o movimento das mulheres está apenas começando a surgir e a greve política é uma questão muito controversa na Alemanha, devido aos anos de burocratização dos sindicatos. Assim, não esperamos uma greve geral por um longo tempo. Mas existem várias mobilizações planejadas em diferentes cidades, ações de desobediência civil e reuniões nos locais de trabalho. Além disso, haverá mais oportunidades de troca de experiências e ideias, por exemplo. Os abrigos para mulheres em Berlim estão organizando um café da manhã conjunto no dia 8 de março. Também é empolgante que especialmente muitas mulheres migrantes participem do movimento de mulheres e tragam com confiança demandas internacionalistas.

Nesse sentido, o movimento de mulheres na Alemanha ganhou novo impulso e tem potencial para se tornar o movimento social mais importante, além do movimento ecológico.

Itália – Non Una Di Meno

Federica Lazzari - militante da Communia

Tradução - Charles Rosa

“Nem uma a menos” na Itália nasce há mais de três anos, depois do décimo oitavo feminicídio registrado em Roma onde uma moça foi queimada viva pelo seu ex-noivo. Depois do movimento lançado pelas companheiras argentinas, “Nem uma a menos”, a Itália decide que é necessário dar uma resposta contundente à violência. A primeira ação foi enxergar essa violência de um modo estrutural e sistêmico, e não como algo emergencial como vários governos quiseram fazer crer. Somos partidárias da opinião de que a violência não se restringe a “somente” estupro e feminicídio: isso é a ponta de um iceberg, pois esse tipo de violência invade todos os âmbitos. Através de um trabalho coletivo com duração de um ano e meio, nos reunimos em assembleia e elaboramos o nosso plano contra a violência machista sobre as mulheres:

https://drive.google.com/file/d/1r_YsRopDAqxCCvyKd4icBqbMhHVNEcNI/view

A violência contra as mulheres e sobre as subjetividades não normativas Queer e LGBTTT possui uma matriz patriarcal e útil para a manutenção do *status quo*. Dessas premissas nos comprometemos com um percurso que deu vida a um movimento que ganhou força com as mobilizações internacionais. Há mais de três anos da primeira manifestação, estivemos construindo a greve rumo ao 8 de Março em sintonia com muitos outros movimentos feministas e LGBTTT a nível internacional. A greve global, que no ano passado envolveu cerca de setenta cidades italianas e mais de setenta países no mundo, foi organizado em resposta a todas as formas de violência de gênero.

A situação na Itália no último ano piorou drasticamente, quando foi eleito um governo de extrema-direita que imediatamente aprovou medidas que recordam em muito as décadas do fascismo com a consequente legitimação dos comportamentos xenofóbicos e homotransfóbicos que conheceram um drástico aumento no último ano. Isso legitimado pelo fato de que a Itália neste ano receberá a Convenção Mundial das Famílias com o patrocínio do governo, o apoio do Vaticano e o respaldo de diversos ministérios. Convenção

que terá a participação de diversos expoentes ultra católicos e de extrema-direita de vários países do mundo. Isso tudo assinala a regressão política contra as pessoas e as famílias LGBTQ+.

À luz dessa situação, a greve neste ano na Itália assume um valor ainda maior, contestando as medidas governamentais em matéria de:

- O projeto de lei Pillon sobre a separação e a guarda parenta, contrária às leis e convenções internacionais sobre a tutela de menores e sobre o combate à violência contra as mulheres;
- A lei Salvini sobre a imigração e a propaganda racista que a sustenta;
- A invenção da autodenominada “ideologia de gênero” em nome do qual se encerram os programas educacionais relativos às diferenças de gênero na escola;
- A restrição do seguro-desemprego, transformado em “renda cidadã”;
- A falsa flexibilidade da licença-maternidade;
- As respostas débeis do governo em matéria de prevenção do feminicídio;
- A ausência de respostas do governo em matéria de segurança para a interrupção voluntária da gravidez;

Para a jornada do 8 de Março, os sindicatos de base já garantiram a cobertura sindical, mas claramente, com o estado de precariedade em que se encontra o país, muitas pessoas não poderão aderir à greve formalmente. Por isso, “Nem Uma Menos” refletiu muito sobre o que significa fazer greve nos lugares onde a precariedade é extrema e sobre o que significa a greve do trabalho reprodutivo e de cuidados dos quais as mulheres cotidianamente se responsabilizam. Depois de três anos, sabemos que a necessidade de hoje deve se direcionar sobre uma reflexão mais ampla a respeito das modalidades de adesão à greve que não se restringem apenas à adesão direta. Que saibamos envolver e intervir na fragmentação da realidade. Na Itália, a jornada do 8 de Março vai se articular em momentos de mobilizações no fim da manhã, espalhados por diversas cidades com marchas noturnas para permitir a participação de todos, mesmo daqueles não poderão paralisar suas atividades.

Com a greve do trabalho produtivo e reprodutivo, queremos bloquear todo âmbito no qual se reproduz a violência econômica, psicológica e física contra as mulheres. “Nem uma a menos” é o grito que exprime essa força e essa voz. Contra a violência patriarcal e racista da sociedade neoliberal, a greve feminista é a resposta. Façamos greve para inventar um tempo novo.

Se as nossas vidas nada valem, nós fazemos greve!

França - De #Meetoo a um provável 8 de março: as dificuldades de um feminismo de massa e de classe na França

Leïla Mathias e Louise Poulain - militantes do grupo de juventude "Ensemble" e da "France Insoumise"

Tradução - Alain Geffrouais; Revisão - Thais Bueno e Eliaris Alvares

Desde outubro de 2017, a luta das mulheres na França ganhou legitimidade no discurso público (popular). Infelizmente, a situação política geral e o enfraquecimento das organizações da esquerda radical não permitiram construir as bases de uma terceira onda feminista duradoura. Agora, devemos ficar atentos ao movimento das "Femmes Gilets Jaunes" (Mulheres Coletes Amarelos) que está construindo perspectivas políticas para um movimento que articule as violências de gênero e de classe.

O caso Harvey Weinstein e #MeToo, como em muitos países, teve ampla repercussão na França no início de 2017. Ele provocou nas redes sociais muitos depoimentos em torno do hashtag #MeToo ("#EuTambém"), mas também #BalanceTonPorc⁹ ("#Denuncie/IncomodeSeuBabaca"); ambos permitiram a muitas mulheres tomar consciência das violências a que foram submetidas, reconhecê-las e nomeá-las como tal. Este avanço da conscientização se materializou em um aumento nas queixas formais por assédio, agressão sexual (+ 10%) e estupro (+ 12% no final de 2017), embora ainda hoje apenas uma pequena proporção de mulheres vítimas dessas violências ouse fazer denúncias formais (8%).

A publicização das violências sexuais sofridas, particularmente através de várias denúncias de violências machistas no âmbito político, midiático e artístico, levou a divulgação desse fenômeno nas grandes mídias, o que foi, no entanto, acompanhado por numerosas contradições. Como por exemplo, um abaixo-assinado com assinaturas de 100 personalidades femininas, incluindo Catherine Deneuve, publicada em janeiro de 2018,

⁹ "Balance" é gíria para Denúncia e "Porc", ao pé da letra, é Porco, porém é um grave xingamento em francês.

defendendo a "liberdade de importunar" para os homens, fazendo frente aos depoimentos de agressões e de assédios ocorridos nas ruas. Este discurso altamente divulgado alimentou a tese de uma "sedução ao estilo francês", que seria uma forma de defesa de uma suposta característica cultural, que teve por efeito a normalização e naturalização da cultura do estupro.

O tratamento midiático da violência masculina não melhorou muito. Esse tema está mais presente, mas permanece desfavorável às vítimas e extremamente desequilibrado: por exemplo, o assédio nas ruas é super-representado com viés classista e racista, enquanto as violências conjugal e doméstica permanecem sendo invisibilidades, sendo que, de 1º de janeiro até então (19/fev/2019), 25 mulheres foram assassinadas pelo cônjuge ou ex-cônjuge.

A "*onda Metoo*" resultou em comícios em muitas cidades, na formação de coletivos temporários e inspirou a construção de uma grande manifestação em 24 de novembro de 2018, *Dia Internacional contra a Violência Contra as Mulheres*, que reuniu pelo menos 50.000 pessoas em mais de 50 cidades. O chamado de personalidades políticas, militantes e intelectuais, etc., para as manifestações em toda a França partira de uma simples aposta: provar que uma mobilização massiva era possível na França, assim como em outros lugares (Espanha, Itália, Argentina ...), e que era possível passar de uma lógica da solidariedade inter-individual ("eu também") para uma lógica coletiva ("todas nós"). A presença, à frente da manifestação, do coletivo "*Nous Aussi*" (Nós Também) representando mulheres geralmente invisibilizadas no movimento feminista (profissionais do sexo, mulheres muçulmanas e negras, mulheres com deficiência, etc.), pode ser claramente considerada como prova de uma possível superação das divisões do movimento feminista atrás de palavras unitárias denunciando as violências machistas.

Apesar dos esforços para continuar o trabalho militante realizado, "*Nós Também*" não conseguiu se desenvolver em um movimento social amplo e duradouro, o que teria permitido consolidar reivindicações tanto materiais quanto simbólicas. Do nosso ponto de vista, essa constatação é resultado de uma situação social e política de um recuo histórico das organizações de esquerda, mas também da difícil conciliação de correntes feministas

divergentes em sua estratégia, num contexto político que alimenta o *feminismo nacionalista*¹⁰ e a desconfiança dos partidos e sindicatos.

"Por outro lado, quase todas as organizações políticas e sindicais da esquerda foram afetadas pela onda #MeToo. As revelações de violência machista e sexual no seio destas organizações contribuiu para o enfraquecimento de suas estruturas internas, mas poucas vezes resultou na resolução destes conflitos, o que teria permitido o fortalecimento dos coletivos de militantes feministas."

Hoje, ao contrário de outros países onde grupos feministas militantes estão construindo ativamente uma greve das mulheres para o dia internacional de 8 de março, as iniciativas permanecem dispersas e o chamado à greve na França parece algo mais ilusório do que efetivo.

No entanto, desde o início de janeiro de 2019, as manifestações das "*Mulheres Coletas Amarelos*" representam uma base de articulação das reivindicações sociais e políticas do movimento social incluindo reflexões sobre a condição feminina. Apesar de não se considerarem como um movimento feminista, é bem verdade que a realidade material muito precária por parte dessas mulheres permitiu com que essa união nascesse. Trata-se, tanto para os coletivos feministas quanto para as organizações políticas e sindicais, de fomentar a mobilização no 8 de março pela realização de um verdadeiro trabalho de coordenação e debate, que está sendo pouco debatido por hora.

¹⁰ que promove, em nome dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, discursos e práticas xenófobos em particular contra as mulheres muçulmanas

Dinamarca

Frederik Julius Dahler - Integrante da direção da SUF (Socialist Youth Front - Frente da Juventude Socialista)

Tradução - Amanda Fortes

Nos últimos anos em Copenhague, a celebração do Dia Internacional da Mulher serviu como o mais claro exemplo da desunião do movimento feminista dinamarquês. Cada organização feminista ou de esquerda manteve seu próprio evento para suas próprias pessoas, até dois anos atrás quando um grupo de jovens feministas que se conheciam através das greves de estudantes contra cortes na educação tomaram a iniciativa de construir a manifestação “8 de Março Feminista”.

Houve dois pontos centrais na construção da nossa manifestação. Primeiro, que é necessário união para confrontar os ataques aos direitos das mulheres, dos LGBTQ e dos imigrantes na Dinamarca e pelo mundo. Conflitos são inevitáveis quando se constrói movimentos vibrantes e democráticos, mas precisamos estar preparados para ficarmos e aguentarmos juntos quando necessário e superar brigas internas. Segundo, estamos experimentando uma desradicalização da luta feminista, e levando a luta para as ruas como parte essencial de politizar o movimento novamente. Encontros, conversas e debates são legais, mas nada cria um movimento forte de comunidade e solidariedade como marchar juntas com palavras de ordem e expressões na fria primavera dinamarquesa.

Neste ano, canalizamos nossa energia para termos certeza que todo o movimento feminista em Copenhague sintam-se vitoriosos no protesto. No outono, convidamos uma ampla gama de redes e organizações para definir conosco a plataforma política. Sindicatos trabalhistas e estudantis, partidos socialistas e sociais democratas, civis e grupos ativistas se juntaram e formaram um manifesto, ambas são amplas o bastante para unificar o movimento, mas também radical e interseccional.

Mal podemos esperar para ver milhares de feministas tomarem as ruas novamente para se opor a policiais racistas, defender as lutas que já vencemos e continuar lutando por salários iguais!

Portugal - Dia 8 de Março fazemos greve, eis o porquê

Mafalda Escada - Estudante na Universidade Nova de Lisboa

Imaginemos um dia em que as mulheres não vão ao supermercado, não vão trabalhar, não vão à escola, não vão à faculdade, não fazem tarefas domésticas, um dia de greve feminista

Onze mulheres mortas em dois meses. A violência doméstica é o crime que mais mata em Portugal. Se há uns anos a violência doméstica era apenas problema de quem a sofria, por ser “doméstica”, hoje é um problema público, é um crime público porque as mulheres disseram “basta” e, ainda assim, continuamos a ser mortas.

Só há pouco mais de dez anos foi descriminalizado o aborto em Portugal porque as mulheres disseram “basta” ao número de mulheres mortas em abortos clandestinos e à obrigação de carregar uma gravidez indesejada e de mudar o curso da sua vida, independentemente da sua vontade.

A ideia de que os problemas das mulheres são apenas isso, das mulheres, e que por isso pouco importam à sociedade é combatida diariamente por quem denuncia a desigualdade de género, a violência de género, pelo movimento feminista. Infelizmente, são precisos exemplos mártires para que se prove que os problemas das mulheres não são de somenos, não são secundários e, acima de tudo, não são “das mulheres”. São questões estruturais. Descartar a opressão de género como prioridade na luta por uma sociedade de iguais é, na prática, não lutar por uma sociedade de iguais.

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho não contrariou a tendência para que fossem elas a assegurar a sobrevivência dos seus familiares. Em Portugal, uma mulher que trabalhe a tempo inteiro dedica ainda, em média, cerca de 4h/dia a tarefas domésticas, de cuidado. São 12h de trabalho. Acrescentemos a isto que a precariedade laboral atinge sobretudo mulheres, que 87% das famílias monoparentais são mulheres sozinhas com os seus filhos. É inegável que a situação das mulheres hoje é melhor do que há

um século atrás, mas é também inegável que o papel social da mulher não se alterou radicalmente e que continua a negar-nos a igualdade e a liberdade que reivindicamos.

A maioria de diplomados do Ensino Superior são mulheres. Porém, isto não se reflete nas carreiras docentes, nem nos cargos de gestão do Ensino Superior. Continua a haver uma assimetria de gênero quanto aos cursos escolhidos. Perguntei uma vez à minha avó que teve o privilégio de estudar na Faculdade de Letras, em Lisboa, nos anos 60, se não achava que a Alameda da Universidade deveria ter árvores. Respondeu-me que na altura as árvores dificultariam a vida à PIDE para controlar os estudantes, mas que também dificultariam a vida às estudantes que não raras vezes eram assediadas naquela zona e temiam pela sua vida. Quantas de nós saímos das faculdades à noite, espreitando pelo ombro para nos certificarmos de que não somos seguidas? Quantas de nós pensamos duas vezes naquilo que levamos vestido se tiverem de ir à faculdade à noite? Quantas de nós pensamos duas vezes antes de intervir em público, ou nas aulas, ou iniciamos a sua intervenção desculpando-se pela mesma de forma inconsciente (“só uma nota rápida”, “não querendo alongar a discussão”)? Quantas de nós, quando saem à noite, tiram a matrícula do táxi, do Uber, ou do que for, se uma amiga for sozinha nesse carro?

Imaginemos um dia em que as mulheres não vão ao supermercado, não vão trabalhar, não vão à escola, não vão à faculdade, não fazem tarefas domésticas, um dia de greve feminista. Supermercados vazios, bocas por alimentar, jornais com páginas em branco, edifícios de escritórios sujos, mesas de centro comercial por levantar, auditórios e salas de aula quase vazios, doentes por tratar - prova de que a nossa sociedade não funciona sem opressão de gênero, sem condicionar mulheres a um papel social específico, prova de que os problemas das mulheres não são “das mulheres”. No estado espanhol, no ano passado, cinco milhões de mulheres saíram à rua e tudo parou durante umas horas. Não são poucas as razões para fazer greve. Dia 8 de março, fazemos greve e saímos à rua porque estamos fartas de carregar o mundo nas nossas costas.

Suíça - Uma greve feminista na Suíça, dia 14 de junho de 2019

Tamara Knežević - Membro da diretoria da greve feminista suíça e militante de solidarités (movimento anticapitalista, feminista e ecologista para o socialismo do século 21)

Tradução - Alain Geffrouais; Revisão - Thais Bueno

Em todo o mundo estamos testemunhando um renascimento dos movimentos feministas. Na Suíça também persistem o machismo, a desigualdade e a violência contra as mulheres, apesar de um discurso politicamente correto sobre igualdade, e ser um fato desta igualdade estar consagrada na Constituição Federal desde 1981.

Inspiradas pela experiência da greve das mulheres que abalou o estado espanhol em 8 de março de 2018, secretárias sindicais feministas e ativistas anticapitalistas decidiram no mesmo ano construir uma greve feminista também na Suíça. Seis meses depois, em 1º de junho de 2018, foram convocados encontros de feministas, reunindo centenas de mulheres. Elas votaram pela greve conclamando todas as mulheres da Suíça a organizar uma greve dia 14 de junho de 2019. A data de 14 de junho foi escolhida com referência à primeira greve das mulheres na Suíça, realizada em 14 de junho de 1991. Nesse dia, as mulheres cruzaram os braços: a greve ocorreu não apenas nos lugares de trabalho, mas também nas casas, onde pararam de limpar, penduraram as vassouras nas janelas, não cozinham nem cuidaram das crianças.

Para construir o movimento de greve, diferentes grupos ativistas organizaram-se em todas as regiões da Suíça. As mulheres então definiram coletivamente uma série de reivindicações contra a violência machista, a desigualdade salarial, a representação estereotipada das mulheres, a divisão desigual das tarefas domésticas e de cuidado, chegando a elaboração de um manifesto da greve intitulado "*19 razões para fazer greve*". Embora os primeiros passos [do movimento] tenham sido dados pelos coletivos sindicais e ativistas anticapitalistas, muito rapidamente sua composição social se diversificou atraindo

um grande número de estudantes e assalariadas, despertando as antigas redes feministas que haviam organizado a greve de 1991.

Hoje, a greve das mulheres na Suíça está sendo divulgada de maneira cada vez mais positiva pela mídia. Nesta fase, estamos trabalhando para mobilizar mais amplamente para o 14 de junho, mas também para construir bases sólidas para o futuro: garantir sustentação ao movimento, porque a greve não é um fim em si, mas um ponto de partida para abrir um espaço legítimo de luta pelos direitos das mulheres.

Espanha - 8M: a greve feminista como ferramenta antifascista

Patricia Amaya é militante anti-capitalista e participa da Comissão Nacional 8M.

Tradução - Layla Miranda

Em 8 de março de 2018, superamos todas as expectativas, mas não apenas superamos as ruas, mas também o feminismo institucional, hegemônico há décadas. O 8 de março do ano passado abriu a possibilidade de disputa para esse feminismo institucional que nunca questionou as políticas neoliberais que tornaram nossas vidas precárias.

Se o 8M conseguiu abrir essa possibilidade, foi porque o movimento feminista vai além da construção de uma data. Há anos nos mobilizamos contra a violência machista, denunciando a inadequação das leis aprovadas, apontando os limites de um sistema de justiça e de um Estado patriarcal, tornando visível que os assassinatos são a ponta do iceberg da violência estrutural. Tudo isto no contexto de uma crise econômica, política, social, assistencial e ecológica sem precedentes, que colocou as mulheres no centro das metas e resistências mundiais.

Isso nos faz falar de uma feminização do protesto que, no caso do Estado espanhol, temos visto a luta contra os despejos, nas marés de defesa do público, em muitas das últimas lutas sindicais lideradas por setores precários e feminizados... à qual somamos a existência de um movimento feminista, vivo, todos os dias, em todos os cantos do país, que não se contenta em quebrar o teto de vidro, mas que se preocupa com quem recolhe as peças (outras mulheres, mais pobres e migrantes) e que levanta a desobediência e a autodefesa como ferramentas políticas. O 8M nos uniu mais e nos deu a oportunidade de sermos mais coordenadas.

O movimento feminista está criando suas próprias ferramentas e se apropriando de outras, como a greve: não só paramos a produção, mas também a reprodução. Paramos todo o sistema e não apenas uma parte, colocando a vida, o cuidado no centro, diante da lógica da acumulação de capital. Também nos mostra algumas chaves para a construção de

um sujeito político plural, podendo incluir, a partir do reconhecimento mútuo, as diferentes demandas e realidades que as mulheres vivem pelas múltiplas opressões que nos atravessam.

Isso é fundamental diante da ascensão da extrema-direita, cuja bandeira é o anti-feminismo, a LGBTfobia e o racismo, e que dá espaço ao feminismo institucional que usa o medo para conter o potencial do movimento e suas demandas, colocando-nos na defensiva. O 8M é o primeiro grande marco após a entrada da extrema direita na instituição em dezembro de 2018, é o momento de demonstrar força, tecer alianças e deixar claro que estaremos diante delas.

Brasil - Juntas contra Bolsonaro! Nossa luta muda o mundo!

Julia Machini - cientista social, militante do coletivo feminista Juntas e do Movimento Esquerda Socialista (PSOL)

Nos últimos anos, as mulheres têm sido o setor mais dinâmico da sociedade brasileira. Como em todo o mundo, temos sido linha de frente entre aqueles que param as ruas para defender direitos, resistir aos governos que nos atacam e exigir um mundo mais justo e igualitário em favor do povo. Nos inspiramos nas mulheres dos Estados Unidos, que mostraram o potencial empecilho que o movimento feminista pode representar para governo Trump, já no primeiro dia de seu governo. Nos inspiramos nas mulheres argentinas que ocuparam todo o país para conquistar o direito ao aborto seguro, entre tantos outros exemplos. No Brasil, cumprimos um papel importantíssimo, apontando desde o início da campanha eleitoral o machismo de Bolsonaro, mas além disso, o caráter anti povo, negritude e LGBTs de seu programa político. No ano passado, fomos a maior trincheira contrária a esse projeto: fizemos campanha e lotamos as ruas de todo o país para dizer #EleNão.

Ao final desse processo a extrema direita venceu, mas nós mulheres também vencemos. Em todo o país, vivemos um aprofundamento do avanço de consciência feminista nos últimos anos, e que teve na Primavera Feminista - momento em que as mulheres foram às ruas contra Eduardo Cunha, o então Presidente do Congresso Nacional, e seu PL que pretendia proibir a pílula do dia seguinte - um momento chave. Desde então, o enfrentamento feminista e a defesa dos direitos das mulheres passou a se cruzar com a disputa da política e dos projetos de país.

Nesse momento, a vitória de Jair Bolsonaro à presidência representa o fim do jogo político das últimas décadas, e a conformação de um novo tipo de regime, ainda em transição. Já sabemos que os pilares que sustentaram esse governo passam pela implementação de uma agenda de ataques severos aos direitos humanos e, além disso de ajustes fiscais, privatizações e desnacionalização da economia. Porém ainda há muito em

aberto: trata-se de um regime em gestação, por enquanto frágil, e que tem vivido um processo constante de crises, no qual a resistência e a luta devem ser determinantes. Nós mulheres representamos, portanto, o principal sujeito que pode fazer frente a esse programa político.

Por isso, o 8 de março (Dia Internacional de luta das mulheres) e o 14 de março (marco de 1 ano do assassinato de Marielle Franco) representam uma possibilidade de deixar uma marca: representamos um projeto veementemente contrário ao dos bolsonaristas. Neste dia, marchamos por nossas vidas, em um momento em que as taxas de feminicídio não param de crescer no país e em que sabemos que a política de aumento do armamento significa aumento do número de mortes de mulheres e da negritude. Marchamos contra a Reforma da Previdência que os poderosos tem pressa de implementar no país e que resultará na perda de direitos do povo e, em especial, das mulheres, que terão de trabalhar ainda mais ao longo da vida. Marchamos em memória de Marielle Franco e exigimos justiça: queremos saber quem matou e quem mandou matar Marielle, uma mulher negra, socialista, mãe, lésbica e cria da favela da Maré que foi brutalmente assassinada por defender um projeto que se chocava frontalmente com o que defendem os poderosos.

Marchamos enfim, para nos conectar com nossas irmãs que lutam em todo o mundo e que têm travado batalhas importantíssimas pelos direitos das mulheres e do povo. Lutar contra Bolsonaro é uma necessidade de todas nós que acreditamos em um Brasil democrático, mas também para todas que acreditam em um mundo livre de opressão e das garras da extrema direita. Precisamos confiar na nossa própria força internacional. Não lutamos sozinhas: mundialmente não deixaremos de lutar até que todas sejamos livres. Por isso, convidamos todas as mulheres para se somarem a essa mobilização permanente e somos entusiastas de todo tipo de articulação internacional entre mulheres que sonham com um mundo radicalmente diferente. Vamos juntas!

8 de Março: A Luta das Mulheres é Internacional

Luciana Genro, Deputada estadual pelo PSOL no Rio Grande do Sul; Fernanda Melchionna - Deputada Federal pelo PSOL; Sâmia Bomfim - Deputada Federal pelo PSOL; Rosana Pinheiro-Machado - Professora, cientista social e antropóloga. Atualmente é docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e coordenadora e co-fundadora da Escola de Governo Comum; Monica Seixas - Deputada Estadual pela Bancada Ativista e pelo PSOL em São Paulo; Fernanda Miranda - Vereadora pelo PSOL em Pelotas, no Rio Grande do Sul

Façamos do mês de março de 2019 um marco da unidade internacional da luta feminista, classista e antirracista.

Março, o mês de luta das mulheres no mundo todo, começou no Brasil com o carnaval transformando-se, mais uma vez e de forma ainda mais intensa, em uma grande festa política. Afirmamos, de modo categórico, que a negritude, as mulheres, LGBTQ+, indígenas — o povo na sua múltipla diversidade — não vai aceitar os retrocessos desejados pela família Bolsonaro e seus cegos-seguidores. O grito por *justiça para Marielleno* belo desfile da Mangueira se espalhou em várias escolas de samba e pelo carnaval de rua. Uma grande demonstração de que os espaços públicos serão ocupados e usados por nós, quer eles queiram ou não, para exigir, lutar e unir nossas mãos em defesa dos nossos direitos, contra a violência, o machismo e o racismo.

As eleições presidenciais de 2018 marcaram a ascensão de um forte movimento de mulheres, movimento que já havia se expressado em menor medida em 2014, através da campanha de Luciana Genro a Presidência da República. Em 2018, sintetizada na hashtag *#EleNão*, a força das mulheres ganhou as ruas. Uma hashtag que saiu do mundo das redes e virou palavra-de-ordem no mundo real. Bolsonaro ganhou, mas nós, de certa forma também. Ganhamos força e consciência, nos politizamos, ganhamos unidade e garra para seguir negando o retrocesso, o autoritarismo e o patriarcado. Este mês de março é marcado

pelo histórico dia 8, dia eternizado pelo martírio das operárias de Chicago, e também pelo recente 14, 1 ano da execução de Marielle Franco, 1 ano sem justiça.

O retrocesso que significou a eleição de Bolsonaro é também uma reação à explosão feminista dos últimos anos. Uma explosão da qual também é parte o movimento LGBTQ+ e os movimentos antirracistas, especialmente do feminismo negro. Este fenômeno é mundial e tem o seu epicentro nos Estados Unidos, o coração do capitalismo e centro nervoso das suas mais agudas contradições. As deputadas ativistas recentemente eleitas e o fenômeno que Alexandra Ocasio Cortez tornou-se são a expressão mais política e avançada de um fenômeno muito amplo. Exemplo disso é o movimento *#MeToo*, e os avanços no Oscar (ainda que limitados pela lógica do *show business*). A América Latina também é parte viva deste processo, como as ocupações das universidades chilenas contra o assédio sexual e a luta das argentinas pelo aborto legal com o fortíssimo movimento *Ni una menos*.

No Brasil o *#EleNão* foi o ápice de um processo subterrâneo, de luta muito acirrada das feministas no âmbito da disputa por mudanças culturais profundas, fenômeno que se expressa na relevância que ganharam no debate público mulheres como Rosana Pinheiro Machado, e especialmente do feminismo negro, com o crescimento de figuras como Djamila Ribeiro. Ainda somos poucas, mas somos cada vez mais.

Uma nova geração de mulheres vem se formando feminista. Se antes era raro encontrar uma mulher que se identificasse como feminista, hoje é muito comum. Apoiando-se nas conquistas das que vieram antes, as jovens feministas vêm ganhando o mundo. As mais antigas, como Angela Davis ou Sueli Carneiro se fortalecem e ganham mais relevância. Um novo feminismo também ganha força: mais negro, mais popular, mais amplo e concreto nas suas demandas de classe.

É sob estas bases que aceitamos o desafio proposto por Angela Davis, Nancy Fraser, Sonia Guajajara, Monica Benício entre outras que subscrevem o manifesto *“Para além do 8 de março: rumo a uma ‘Internacional Feminista’”* [disponível abaixo] no qual afirmam: *“O movimento feminista também está redescobrando o significado da solidariedade internacional e da iniciativa transnacional. Nos últimos meses o movimento feminista*

argentino usou o evocativo nome de “Internacional Feminista” para se referir à prática da solidariedade internacional reinventada pela nova onda feminista, e em alguns países, como a Itália, o movimento está discutindo a necessidades de encontros transnacionais para melhor coordenar e compartilhar visões, análises e experiências práticas.”

Acreditamos que a unidade e a solidariedade internacional na luta feminista é uma necessidade objetiva, que não pode parar nas fronteiras nacionais. As conquistas em cada país alimentam e fortalecem a luta nos demais. Ao mesmo tempo, sabemos que a luta feminista não se esgota nas demandas específicas. É uma luta civilizatória que só pode ser completamente vitoriosa a medida que estiver conectada com as demais lutas travadas pela classe trabalhadora e pelas classes médias cada vez mais empobrecidas. É uma luta anticapitalista, anti-imperialista e por democracia real. Chamamos todas a somar nesta batalha transformando o mês de março de 2019 em um marco da unidade internacional da luta feminista, classista e antirracista.

Para além do 8 de março: rumo a uma “Internacional Feminista”

Tradução: Ana Cristina C. Carvalho e Clara Baeder

Pelo terceiro ano consecutivo a nova onda feminista transnacional chamou um dia de mobilização global no 8 de março: greves legais do trabalho assalariado – como as 5 milhões de grevistas do 8 de março de 2018 na Espanha e as centenas de milhares no mesmo ano na Argentina e na Itália; greves protagonizadas pelas bases de mulheres sem direitos ou proteção trabalhistas, greves do trabalho de cuidado e não pago; greves de estudantes, mas também boicotes, marchas e trancamentos de vias. Pelo terceiro ano consecutivo mulheres e pessoas queer por todo o mundo estão se mobilizando contra os feminicídios e toda forma de violência de gênero; pela autodeterminação de seus corpos e acesso ao aborto seguro e legal; por igualdade salarial para trabalhos iguais; pela livre sexualidade. Se mobilizam também contra os muros e fronteiras; o encarceramento em massa; o racismo, a islamofobia e o anti-semitismo; a desapropriação das terras de comunidades indígenas; a destruição de ecossistemas e a mudança climática. Pelo terceiro ano consecutivo, o movimento feminista está nos dando esperança e uma visão para um futuro melhor em um mundo em desmoronamento. O novo movimento feminista transnacional é moldado pelo sul, não só no sentido geográfico, mas também no sentido político, e é nutrido por cada região em conflito. Essa é a razão de ele ser anticolonial, antirracista e anticapitalista.

Estamos vivendo um momento de crise geral. Essa crise não é de forma alguma somente econômica; é também política e ecológica. O que está em jogo nessa crise são nossos futuros e nossas vidas. Forças políticas reacionárias estão crescendo e apresentando-se como uma solução a essa crise. Dos EUA à Argentina, do Brasil à Índia,

Itália e Polônia, governos e partidos de extrema direita constroem muros e cercas, atacam os direitos e liberdades LGBTQ+, negam às mulheres a autonomia de seu próprio corpo e promovem a cultura do estupro, tudo em nome de um retorno aos “valores tradicionais” e da promessa de proteger os interesses das famílias de etnicidade majoritária. Suas respostas à crise neoliberal não é resolver a raiz dos problemas, mas atacar os mais oprimidos e explorados entre nós.

A nova onda feminista é a linha de frente na defesa contra o fortalecimento da extrema-direita. Hoje, as mulheres estão liderando a resistência a governos reacionários em inúmeros países.

Em setembro de 2018, o movimento “Ele Não” juntou milhões de mulheres que se levantaram contra a candidatura de Jair Bolsonaro, que agora tornou-se um símbolo mundial dos planos da extrema-direita para a humanidade e o catalisador de forças reacionárias na América Latina. Os protestos ocorreram em mais de trezentas cidades no Brasil e em todo o mundo. Hoje, Bolsonaro está colocando em prática uma guerra contra os pobres, as mulheres, as LGBTQ+ e as pessoas negras. Ele apresentou uma reforma da previdência draconiana e afrouxou as leis de controle das armas. Femicídios estão disparando num país que já em 2018 tinha um dos maiores números de feminicídios do mundo, sendo 70% dessas mulheres assassinadas negras. 126 feminicídios já ocorreram em 2019. O movimento feminista brasileiro está respondendo esses ataques e se preparando para a mobilização no 8 de março e novamente no 14 de março, no aniversário do assassinato político de Marielle Franco, ao mesmo tempo em que emergem informações sobre os fortes laços entre os filhos de Bolsonaro e um dos milicianos responsáveis por sua morte.

Da mesma forma, o Non Una Meno na Itália é hoje o único movimento organizado respondendo às políticas anti-imigrantes e misóginas do governo de direita da Liga Norte e do Movimento Cinco Estrelas. Na Argentina, mulheres lideraram a resistência contra as políticas neoliberais de direita do governo Macri. E, no Chile, o movimento feminista está lutando contra a criminalização da luta dos povos indígenas e o machismo sistêmico de uma educação muito cara.

O movimento feminista também está redescobrando o significado da solidariedade internacional e da iniciativa transnacional. Nos últimos meses o movimento feminista argentino usou o evocativo nome de “Internacional Feminista” para se referir à prática da solidariedade internacional reinventada pela nova onda feminista, e em alguns países, como a Itália, o movimento está discutindo a necessidades de encontros transnacionais para melhor coordenar e compartilhar visões, análises e experiências práticas.

Diante da crise global de dimensões históricas, mulheres e pessoas LGBTQ+ estão encarando o desafio e preparando uma resposta global. Depois do próximo 8 de março, chegou a hora de levar nosso movimento um passo adiante e convocar reuniões internacionais e assembleias dos movimentos: para tornar-se o freio de emergência capaz de deter o trem do capitalismo global, que descamba a toda velocidade em direção à barbárie, levando a bordo a humanidade e o planeta em que vivemos.

Nuria Alabao (Jornalista e Escritora, Espanha)

Cinzia Arruzza (Co-autora do *Feminism for the 99%. A Manifesto*)

Monica Benicio (Ativista de Direitos Humanos e Viúva de Marielle Franco, Brasil)

Tithi Bhattacharya (Co-autora do *Feminism for the 99%. A Manifesto*)

Julia Cámara (Coordinadora estatal del 8 de marzo, Espanha)

Jupiara Castro (Núcleo de Consciência Negra, Brasil)
Lucia Cavallero (*Ni Una Menos*, Argentina)
Veronica Cruz Sanchez (Ativista de Direitos Humanos, México)
Angela Y. Davis (Fundadora do *Critical Resistance*, EUA)
Marta Dillon (*Ni Una Menos*, Argentina)
Zillah Eisenstein (Greve Internacional de Mulheres, EUA)
Luna Follegati (Filósofa e Ativista, Chile)
Nancy Fraser (Co-autora do *Feminism for the 99%. A Manifesto*)
Verónica Gago (*Ni Una Menos*, Argentina)
Sonia Guajajara (*Articulação dos Povos Indígenas do Brasil*)
Kavita Krishnan (*All India Progressive Women's Association*)
Andrea Medina Rosas (Advogada e Ativista, México)
Morgane Merteuil (Ativista Feminista, França)
Tatiana Montella (*Non Una di Meno*, Itália)
Justa Montero (*Asamblea feminista de Madrid*, Espanha)
Antonia Pellegrino (Escritora e Ativista, Brasil)
Enrica Rigo (*Non Una di Meno*, Itália)
Paola Rudan (*Non Una di Meno*, Itália)
Amelinha Teles (*União de Mulheres de São Paulo*, Brasil)

